

## DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa MDX COMERCIO DE EPI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.401.485/0001-01, sediada Rua Argentina, nº. 150, Apto 702, Centro, Erechim - RS, CEP 99.700-026, por intermédio de seu representante legal o Sr. Victor Schons de Lima, portador da Carteira de Identidade nº 1083263259 e do CPF nº 017.205.660-40, DECLARA, para todos os fins e efeitos da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as penalidades cabíveis, responsabilizando-se pelo inteiro teor desta declaração, que:

- a) atende aos requisitos de HABILITAÇÃO, e responderá pela veracidade das informações prestadas, e até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua HABILITAÇÃO, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, **não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Não foi **declarada inidônea** para licitar ou contratar com a qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Município da Licitação ou de outros Municípios da Federação ou punida com **suspensão do direito de licitar e contratar** com o Município desta Licitação ou **impedido de licitar e contratar** com o Município desta Licitação (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- g) declara sob as penas da Lei, que a mesma **está estabelecida sob o regime legal de microempresa**, conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06;

- h)** Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos SUPERVENIENTES impeditivos para sua habilitação no presente processo de Pregão Eletrônico, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- i)** está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- j)** Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)
- k)** Que os documentos apresentados por meio do sistema eletrônico são autênticos aos originais;
- l)** Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que não possui sócios com condenação pelos crimes mencionados na Lei Municipal nº 2.272 de 11 de maio de 2021, conforme abaixo: I – crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, previsto na lei federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha; II – crime de homicídio e feminicídio previstos no art. 121 do decreto-lei federal nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro; III – crime de racismo, previsto na Lei Federal nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; IV – crimes considerados contra a administração pública, previstos no título xi – dos crimes contra a administração pública, do Decreto-lei Federal nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro; V - crimes considerados hediondos, previstos na Lei Federal nº 8.072, de 25 de julho de 1.990.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente

Erechim, RS, 07 de junho de 2024.

**Victor Schons de Lima**  
**Representante Legal**